

tica



Luiz Tajes

Constituinte decide que governo não pode mais modificar alíquotas do ICM durante o ano

Governo sofre derrota na reforma tributária

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte decidiu ontem manter a incorporação dos cinco impostos únicos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Eles passarão a ser arrecadados pelos estados e terão o nome de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Foi a primeira derrota do governo na votação da reforma tributária. A emenda do líder do PFL, José Lourenço, inspirada pelo Planalto e rejeitada pelo plenário, pretendia manter nas mãos da União a arrecadação dos impostos únicos sobre energia elétrica, minerais, combustíveis e lubrificantes, transportes e comunicações.

A proposta de Lourenço rompia o acordo fechado pelas lideranças partidárias na Comissão de Sistematização e incluído na emenda coletiva do Centrão. Ao fazer a defesa de sua emenda, o deputado criticou a criação do ICMS (que ainda depende de aprovação pela Constituinte na seção sobre a competência de arrecadação dos estados), acusando os defensores da incorporação de favorecer lobbies. A tese de Lourenço recebeu 57 votos e foi rejeitada por 297, com sete abstenções.

Na votação seguinte, uma emenda do deputado Cristóvão Chiaradia (PFL-MG) tentou restabelecer também os impostos únicos em favor do governo. Mas foi igualmente rejeitada por 273 votos, contra 55 e nove abstenções.

Pelo texto aprovado, o governo não mais poderá modificar as ali-

quotas do ICM ao longo do ano. As alterações só poderão entrar em vigor no exercício seguinte. Foram derrotadas as emendas que pretendiam fixar em 90 dias o prazo de cobrança do tributo. A Constituinte manteve toda a redação do Centrão para a seção II do título referente à tributação e orçamento, que trata das limitações do poder de tributar. A única inovação sobre os tributos é a do ICM. Os impostos sobre operações financeiras, IOF, e sobre importações e exportações não tiveram nenhuma modificação.

Entre os impostos de competência da União foi estabelecido o que incide sobre as grandes fortunas, que será regulamentado pela legislação complementar. Foram rejeitadas três fusões de emendas que pretendiam alterar o projeto do Centrão para que o imposto só incidisse sobre o patrimônio líquido das riquezas ou sobre o patrimônio de grande e improdutivo.

A União, os estados e os municípios não poderão estabelecer limites ao tráfego de pessoas ou bens através de tributos interestaduais ou intermunicipais. Apenas será permitida a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo poder público. Também não será permitida a criação de impostos sobre templos de qualquer culto religioso, patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos. O assunto, no entanto, ainda depende de regulamentação pela legislação ordinária.

Os constituintes decidiram também que a União poderá continuar instituindo empréstimos com-

pulsórios. A fusão de emendas foi aprovada por 339 votos, contra 11 e três abstenções e, na prática, garante a cobrança do compulsório sobre a energia elétrica.

Mas os estados e municípios não poderão instituir o compulsório. Emenda do deputado Francisco Amaral (PMDB-SP) que reivindicava esse direito foi rejeitada. Também não passou a emenda do deputado José Luiz de Sá (PL-RJ). Ela condicionava a cobrança da contribuição de melhoria à valorização do imóvel.

CONFUSÃO

A sessão da tarde começou confusa, com o líder do PMDB, Mário Covas, deixando de orientar sua bancada na apreciação da primeira fusão de emenda. Ele alegou que não conhecia o assunto suficientemente porque só havia sido informado da emenda naquele instante. Vários constituintes protestaram contra a decisão dos autores da emenda que pretendia fixar em 90 dias o prazo de vigência dos aumentos dos tributos. A proposta foi rejeitada.

Outra emenda rejeitada é a que sugeria fixar também em 90 dias o prazo para vigência de aumentos no Imposto de Renda. Segundo seu autor, deputado Jesus Tajra (PFL-PI), o objetivo era o de evitar os aumentos de última hora determinados pelo governo, especialmente em dezembro. O próprio relator Bernardo Cabral foi contra, argumentando que haveria descompasso entre a norma e as medidas concretas.

A íntegra do texto aprovado pela Constituinte está na página 31

União fica sem 5,2% da receita

O governo federal perderá 5,2% de suas receitas tributárias com a incorporação dos impostos únicos, hoje federais, ao novo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, de competência dos estados. Esse cálculo é da Secretaria da Receita Federal (SRF), superior ao do constituinte José Serra, que chega aos 4%.

Serra, relator, na Constituinte, da Comissão do Sistema Tributário, passou o dia de ontem em guerra com a SRF, que defendia a aprovação da emenda do deputado José Lourenço, devolvendo à União os impostos únicos. Seguindo a orientação do presidente José Sarney, a Receita buscava reduzir um pouco as perdas de recursos da União, que ela calcula em 23%, no conjunto do novo capítulo tributário.

Serra teve como aliados os secretários de Fazenda e Finanças dos estados, e os governadores. Secretários de 17 estados se reuniram ontem em Brasília e divulgaram uma nota em que denunciaram o interesse da União em quebrar a coesão deles e prejudicar a redistribuição de recursos para os estados e municípios.

Os secretários não se limitaram à nota. José Machado e Frederico Mazuchelli, secretários, respectivamente, da Fazenda e do Planejamento de São Paulo, por exemplo, acompanharam a votação da lateral do plenário, conversando frequentemente com parlamentares da bancada paulista.

Os governadores Orestes Quércia (SP), Moreira Franco (RJ), Pedro Simon (RS), Amazonino Mendes (AM) e Newton Cardoso (MG) também ajudaram a barrar a ofensiva do Planalto, telefonando constantemente para constituintes de seus estados. Todo esse esforço rendeu uma vitória com larga margem para Serra e os governadores: José Lourenço teve apenas 57 votos para sua emenda, contra 297 para o texto do Centrão, que tem o consenso da maioria da Assembléia.

Serra precisou antes contornar a manobra do Planalto que buscava dividir os constituintes do Norte-Nordeste, apontando uma perda para essas regiões, caso fosse aprovada a emenda do Centrão.

A vitória do texto do Centrão nas votações de ontem aponta para a consolidação da reforma tributária promovida pela Constituinte, que muda profundamente a distribuição das receitas tributárias.

Hoje a União tem 44,8% das receitas, os estados 39,4% e os municípios 16%. Aprovado o texto do Centrão, a União terá 34,3%, os estados 43,2% e os municípios 21,1% das receitas.



Alencar Monteiro

A vez de Heráclito Fortes medir a pressão arterial

Constituintes têm medo de morrer e se cuidam

AGÊNCIA ESTADO

Preocupados com a morte súbita do senador Antônio Farias, na quarta-feira, que sofreu ataque cardíaco fulminante no setor médico do Senado, 42 parlamentares procuraram ontem o posto médico instalado no plenário da Constituinte para medir a pressão arterial e fazer consultas. O deputado Amaral Neto (PDS-RJ), durante o velório do ex-senador, em Recife, disse que "se continuar o ritmo imposto por Ulysses Guimarães aos trabalhos da Constituinte, muitos ainda poderão morrer". Ele acha que o ritmo de trabalho da Constituinte deve ter contribuído para a morte do senador, "uma vez que todos têm um limite de resistência". Lembrou que cerca de pelos menos cem constituintes têm problemas cardíacos.

Em Brasília, a apreensão atingiu deputados e senadores de todos os partidos, tendências e idades. Mas houve quem preferisse não conferir como andava a saúde, como o senador José Fogaça (PMDB-RS) que, esquivando-se do convite de colegas que se encontravam no posto médico, respondeu: "Pressão basta a do Sarney".

A corrida ao posto médico serviu até para a esmoção de uma aposta entre a esquerda e a direita para saber quem estava em melhor forma. Primeiro foi a vez de José Genofino (PT-SP) que, depois do diagnóstico, saiu convencido de que "poderia continuar firme na sua luta contra o capitalismo". Em seguida, foi examinado o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que a princípio ficou preocupado com a sua pressão, mas foi tranqüil-

lizado pelo médico. Mesmo assim, Genofino se considerou vencedor e aconselhou Cardoso Alves a "ir para casa descansar".

Outro parlamentar que ficou apreensivo com a saúde foi Afif Domingos (PL-SP). Os 13 x 8 considerados pressão normal pelos médicos não o convenceram. "Minha pressão é sempre a mesma: 12 x 8." Mais tarde, ele descobriu o que havia alterado a pressão. "Eu estava preocupado com a possibilidade de fazer um acordo para uma emenda que obrigava o anúncio do preço do tributo cobrado pelos produtos e, agora, como fiz um bom acordo, sinto que estou melhor."

Gastone Righi, líder do PTB, chegou ao posto queixando-se de tontura, dor de cabeça e mal-estar, sintomas semelhantes aos apresentados pelo senador Antonio Farias, na véspera. Sua surpresa foi ainda maior quando, ao medir a pressão, estava com 17 x 10, a mesma apresentada pelo senador antes de morrer. Ele foi medicado e aconselhado pelos médicos a fazer um check-up.

A preocupação dos constituintes poderá ser amenizada neste final de semana, já que não haverá votação por causa do feriado de 21 de abril, antecipado para segunda-feira. O deputado Ulysses Guimarães, na véspera, "implorou" para que na terça-feira os parlamentares compareçam às 14h30 para a sessão. Sua preocupação maior é com a sexta-feira, considerada por ele "um dia muito perigoso de quórum", já que os constituintes viajam para os seus estados.